

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE  
CURSO DE HISTÓRIA

Gabriel José de Almeida

**O ACERVO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA (PRC) EM  
CONTEXTO**

Passo Fundo/RS

2023

Gabriel José de Almeida

**O ACERVO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA (PRC) EM  
CONTEXTO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Profa. Dra. Gizele Zanotto

Passo Fundo/RS

2023

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, principalmente ao meu pai Deronei José de Almeida e a minha mãe Sônia Roza de Almeida, que forneceram todo o suporte financeiro e emocional ao longo de toda a graduação e de toda a minha vida.

Quero agradecer também a minha orientadora Profa. Dra. Gizele Zanotto pela disponibilidade, paciência e compreensão, e a Bruna Zardo Becker funcionária responsável pelo Arquivo Histórico Regional (AHR), que participou de todo o processo de recebimento da documentação e elaboração do Dossiê de doação, uma importante referência para a realização deste trabalho.

E agradeço ao Prof. Dr. Tau Golin que como custodiador do acervo, doou a documentação ao AHR, e forneceu valiosas entrevistas, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Local de guarda do acervo na Sala de Higienização - AHR, 2023.....	27
Figura 2 – Pastas do Acervo do PRC.....	27
Figura 3 – Detalhe das Pastas AZ.....	28
Figura 4 – Detalhes das Pastas AZ.....	28
Figura 5 – Utensílios de higienização.....	35
Figura 6 - Higienização superficial com pincel grande.....	35
Figura 7 - Higienização das marcas dos grampos com o pincel pequeno.....	36
Figura 8 - Mesa higienizadora.....	36
Figura 9 - Papel Filtro antes da higienização.....	37
Figura 10 - Papel Filtro após a higienização.....	37
Figura 11 - Grampos e sujidades removidas.....	38
Figura 12 - Documento fixado por cinta de papel.....	39
Figura 13 - Caixa de polipropileno fechada.....	40
Figura 14 - Documentos empilhados de forma retilínea.....	40

## LISTA DE SIGLAS

AHR - Arquivo Histórico Regional  
ALN - Ação Libertadora Nacional  
AP - Ação Popular  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico  
CTG - Centro de Tradição Gaúcha  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
EUA - Estados Unidos da América  
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz  
FUPF - Fundação Universidade de Passo Fundo  
ISAF - International Sailing Federation  
LACUMA - Laboratório de cultura Material e Arqueologia  
MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro  
NDH - Núcleo de Documentação Histórica  
NuPHA - Núcleo de Pré-História e Arqueologia  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCCH - Partido Comunista Chinês  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PCdoB (E) - Partido Comunista do Brasil (Esquerda)  
PCUS - Partido Comunista da União soviética  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro  
POC - Partido Operário Comunista  
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária  
PPGH - Programa de Pós-Graduação em História  
PRC – Partido Revolucionário Comunista  
PT - Partido dos trabalhadores  
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
UPF - Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>I. DA QUESTÃO DA LUTA ARMADA AO REPUBLICANISMO RADICAL (1956 - 1989)</b>	<b>9</b>
<b>1.1 O Arquivo do PRC Sob Custódia</b>	<b>21</b>
<b>II. O FUNDO DOCUMENTAL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA (PRC) SOB A GUARDA DO ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL (AHR)</b>	<b>25</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>MATERIAIS</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a trajetória do Partido Revolucionário Comunista (PRC), em relação à crise do comunismo brasileiro da década de 1960, e a crise do socialismo real. O presente trabalho também se dedica a compreender o processo de constituição do fundo documental do PRC, contextualizando sua doação ao Arquivo Histórico Regional (AHR) e fazendo apontamentos, em vista de compreender algumas das intervenções realizadas, facilitando sua organização, arquivamento e acesso ao público.

Os documentos foram produzidos em sua maioria, ao longo da década de 1980, período final da ditadura militar no Brasil e de aceleração da crise do socialismo real no contexto internacional. Definido pelo custodiador do acervo como um partido do marxismo heterodoxo, o PRC trazia inquietações referentes a questões estruturantes à revolução brasileira, tais como as noções da práxis leninista e do centralismo democrático, o papel da vanguarda revolucionária e a relação entre o aspecto militar e político na revolução; investimento sustentado pela vocação intelectual que constitui característica especialmente marcante desde o início de sua trajetória.

O nascimento da organização é expoente de uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), provocada por divergências relacionadas a questões de sua democracia interna. Os conflitos reclamavam, principalmente, por uma discussão mais apurada a respeito da Guerrilha do Araguaia, movimento de luta armada realizado entre 1966 e 1974 na região conhecida como “bico do papagaio”, na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Após menos de uma década de atuação, o PRC teve um desfecho pouco convencional para partidos comunistas: foi um dos poucos da história a se auto dissolver em congresso, em julho de 1989, ocasião em que se optou pela tomada de parte na composição de uma das tendências do Partido dos Trabalhadores (PT).

É fundamental observar que a produção e circulação dos documentos que constituem o acervo, foram profundamente afetadas pelo estado de clandestinidade imposto ao partido durante o período ditatorial; neste contexto, os documentos foram reunidos e organizados espontaneamente pelos próprios membros do partido após sua extinção. Por este motivo, o exercício de compreensão do processo de constituição do fundo documental do PRC,

atentando para suas peculiaridades, quanto a sua acumulação, organização, catalogação e posterior doação e higienização, consiste em um movimento valioso para a futura produção científica na área, na medida em que cria condições para uma melhor compreensão do processo de constituição das fontes históricas.

A emergência do partido aconteceu sob os desdobramentos do final de um grande ciclo revolucionário, que pode ser localizado temporalmente entre os anos de 1961 e 1971. Neste período, diversas organizações marxistas com diferentes estratégias e táticas despontaram no cenário nacional, tendo como característica comum a oposição à hegemonia do então Partido Comunista do Brasil (PCB) que, desde sua fundação em 1922, detinha a predominância do pensamento marxista brasileiro. O fundo documental possui inúmeros documentos inéditos, contendo debates valiosos a respeito da guerrilha do Araguaia e da questão da luta armada no Brasil.

Por volta do mês de agosto de 2022, o fundo documental do Partido Revolucionário Comunista (PRC), foi doado ao Arquivo Histórico Regional (AHR), Laboratório de pesquisa da pós-graduação em história da Universidade de Passo Fundo (UPF), pelo historiador, jornalista e ex militante do PRC, Tau Golin. Neste período o autor deste trabalho, realizava estágio no AHR, onde esteve presente em todo o processo de doação do acervo, e também foi responsável por iniciar o trabalho de higienização da documentação.



# I. DA QUESTÃO DA LUTA ARMADA AO REPUBLICANISMO RADICAL (1956 - 1989)

O século XX foi marcado por tentativas insurrecionais em grande parte da periferia do sistema capitalista. Podemos compreender este ciclo de revoltas, como o desdobramento de um período de intensa luta de classes, travadas em território europeu desde meados do século XIX, que culminou no triunfo da Revolução Russa em 1917, onde pela primeira vez na história, ocorreu a tomada definitiva do poder por parte da classe trabalhadora. Paralelamente a este processo, o capitalismo atingiu o seu estágio monopolista<sup>1</sup>, que, fortemente marcado pelo imperialismo<sup>2</sup>, levou ao desenvolvimento de duas guerras mundiais, cujo o resultado final foi a configuração de um mundo bipolar, opondo um polo socialista, liderado pela União Soviética, à um polo capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA).

A suscetibilidade da América Latina à dominação dos Estados Unidos se dava por razões políticas, históricas e geográficas. Tão logo se estabeleceram os blocos hegemônicos mundiais, se projetaram os “tentáculos” da política externa americana sobre os pontos nevrálgicos do hemisfério sul, promovendo golpes de estado em diversos países latino-americanos, como Chile, Brasil, Argentina, Peru, Bolívia, Guatemala, dentre outros.

Simultaneamente e em decorrência de um mesmo processo, a América Latina passava pela fase da guerra de guerrilhas, caracterizada pelo foquismo<sup>3</sup>, cuja primazia da ação prática estava no fator militar sobre o fator político. Neste período, que se localiza principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, alguns pensadores tiveram grande influência sobre as juventudes de esquerda de todo o mundo, como Fidel Castro, Che Guevara, Ho Chi Min, Mao Tsé-Tung e Fanon. De maneira geral, as esquerdas radicalizadas pareciam estar impelidas a uma amarga encruzilhada, onde, de um lado estava o imobilismo frente às ditaduras militares e, do outro, a aventura da luta armada e da violência revolucionária.

---

<sup>1</sup> O capitalismo financeiro ou monopolista é uma fase do capitalismo que iniciou-se no final do século XIX, tem como objetivo a obtenção de lucro por meio dos ativos financeiros, investimentos e especulação. Caracteriza-se pela integração entre as grandes empresas e o mercado financeiro, com a maior atuação dos bancos e das bolsas de valores.

<sup>2</sup> O imperialismo consiste em uma série de políticas, no geral, de um determinado Império ou Estado que visa impor-se sobre o outro ou os outros territórios, povos, estados, nações; beneficiando-se de suas riquezas econômicas e impondo a própria cultura.

<sup>3</sup> O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos de revolução a partir da guerra de guerrilhas. Caracteriza-se pela primazia da ação prática.

No Brasil, o dilema da luta armada foi central nas crises dos movimentos comunistas, esteve presente na histórica divisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1960, que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), até a dissidência dentro do próprio PCdoB, que deu origem em 1984, ao Partido Revolucionário Comunista (PRC), que constitui o foco central deste trabalho.

O Partido Revolucionário Comunista surgiu em um período de aguda crise teórico-prática dos partidos revolucionários, e em sua curta existência (1984 - 1989), se dedicou a elaborar respostas sólidas para os principais dilemas da esquerda na década de 1980. Em seu fundo documental estão registrados textos e debates que tratam da concepção de partido, do legado do leninismo<sup>4</sup> e das perspectivas para a luta de classes em um Brasil que lentamente se democratizava e inaugurava novas possibilidades de atuação política. Mas para que possamos compreender a trajetória do PRC, primeiro precisamos inseri-lo no debate das esquerdas brasileiras a partir da década de 1960.

Ao longo da primeira metade do século XX, o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, estabeleceu a hegemonia do movimento comunista brasileiro. Foi a partir dos informes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que, realizado em fevereiro de 1956, iniciou o processo que ficou conhecido como “desestalinização”. Este conflito provocou a divisão do Partido fundamentalmente em três correntes: uma que pretendia dar cabo as mudanças iniciadas por Nikita Khrushchov (1941 - 1945) (negando, inclusive, os princípios do leninismo); outra que rejeitava qualquer crítica ao período de Stalin e uma terceira que tentava equilibrar-se entre as posições anteriores.

Dentre os que defendiam uma renovação do PCB, a partir dos informes do XX Congresso, estava a figura de Agildo Barata (1905 - 1968), que acreditava na primordialidade de uma fase inicial da revolução brasileira, quando seria necessário reunir um acúmulo de forças, em que se abrisse mão da hegemonia proletária em troca da formação de uma frente ampla capaz de unir operários, camponeses, representantes da grande burguesia e dos latifundiários em torno de um projeto nacional-reformista. Não demorou para que o grupo fosse perdendo força nos debates internos, processo que culminou na expulsão de Agildo Barata do partido. De acordo com Jacob Gorender:

---

<sup>4</sup> Leninismo - É a teoria do movimento de libertação do proletariado: teoria e tática da ditadura do proletariado: teoria da construção da sociedade comunista.

Agildo foi um pequeno-burguês radical que nunca chegou a ser marxista, a cisão de 1957 o reconduziu ao estuário do nacionalismo. Sua verdadeira ideologia, mal encoberta pelo verniz comunista. [...] A cisão declarada por Agildo não havia encerrado a luta interna. Condenei esta cisão pela imprensa porque dissolvia o marxismo na ideologia nacionalista e dispensava a existência de um partido independente da classe operária. Todavia, a cisão liberal-nacionalista de Agildo provocou a reanimação dos expoentes do stalinismo dentro do PCB (GORENDER, 1987, p. 25).

O setor à época considerado “conservador” ou “dogmático”, era liderado por João Amazonas (1912 - 2002), Pedro Pomar (1913 - 1976), Maurício Grabois (1912 - 1973) e Diógenes de Arruda Câmara (1914 - 1979). Ao longo do debate, acabaram perdendo seus postos e foram enviados para outros estados do Brasil. O núcleo dirigente central consolidou-se no entorno de figuras como Giocondo Dias (1913 - 1987), Mário Alves (1923 - 1970), Jacob Gorender (1923 - 2013), Armênio Guedes (1918 - 2015) e outros, aos quais se juntaram Luiz Carlos Prestes (1898 - 1990) e Carlos Marighella (1911 - 1969), este é o grupo que ficou conhecido pela redação da Declaração de março de 1958 (FERREIRA; PINHEIRO; COSTA, 2021).

A Declaração identificava no Brasil supostos “resquícios feudais” no modo de produção, o que os mantinha refém da perspectiva etapista da revolução, paradigma que pautava como fundamental o pleno desenvolvimento capitalista, para o processo de transição socialista. Também defendiam a possibilidade da condução da revolução brasileira por vias pacíficas, através de reformas profundas no sistema político e de alianças nacionalistas com a burguesia (FERREIRA; PINHEIRO; COSTA, 2021).

Em 1960, com a realização do V Congresso do PCB, foram aprovadas novas resoluções, que estavam vinculadas à declaração de março de 1958. No ano seguinte, foi adotado um novo estatuto que, além de modificar o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), para Partido Comunista Brasileiro (PCB), em vistas de conferir um ar nacionalista ao Partido, que à época era acusado de não ser um partido brasileiro, e sim uma mera sessão da internacional comunista no Brasil, também omitia a expressão “ditadura do proletariado”, visando a obtenção do registro legal do partido junto ao Superior Tribunal Eleitoral.

O abandono das teses revolucionárias possibilitou, por um lado, que os comunistas emergissem da clandestinidade, mas por outro, produziu sequelas profundas no interior da organização [...] Se, para efeito externo a mudança tinha efeitos políticos promissores, internamente o grupo dissidente reagiu com violência: denunciou a

nova posição como liquidacionista. Estava assim deflagrado o processo de cisão que culminaria com a expulsão do grupo que viria a formar o PCdoB em fins de 1961 e princípio de 1962 (OLIVEIRA, 2005, p. 30).

Os fracionistas liderados por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, atacaram o programa e os novos estatutos do PCB por meio de um documento encaminhado ao Comitê Central em agosto de 1961, intitulado “Em defesa do partido”, que ficou conhecido como “Carta dos 100” por ter sido assinada por cerca de 100 militantes e dirigentes. Em fevereiro de 1962 estes mesmo militantes dissidentes organizaram uma conferência extraordinária que elegeu um novo comitê central, mantendo o antigo nome do Partido, mas com uma alteração em sua sigla, fundaram o PCdoB que, por sua vez, recusou as críticas ao período de Stalin e manteve-se fiel às teses contidas no Manifesto de Agosto de 1950 e no IV Congresso de 1954 (FERREIRA; PINHEIRO; COSTA, 2021).

No início o PCdoB manteve-se atrelado ao modelo soviético, no entanto, ainda em 1963, após a publicação de uma “Carta aberta pelo PCUS” onde a China era acusada de fomentar a divisão dos comunistas no mundo (em que o caso do Brasil era utilizado como exemplo e mencionava-se explicitamente os nomes de João Amazonas e Maurício Grabois). O PCdoB foi aproximando-se teoricamente do Partido Comunista Chinês (PCCH), que tinha como principais características a guerrilha rural e a guerra popular prolongada. De acordo com Gorender:

Em julho de 1963, um artigo de Maurício Grabois chamou o PCCH de destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial. Mao Tse-Tung recebeu de Grabois o reconhecimento de maior teórico vivo do movimento comunista internacional, colocado no nível de Marx, Engels, Lenin e Stalin. O maoísmo ganhava difusão institucionalizada no Brasil e atuava como força aglutinadora contra o PCB (GORENDER, 1987, p. 34).

A partir do golpe civil militar de 1964 as diferenças entre o PCB e PCdoB se aprofundaram ainda mais. Enquanto o PCB insistiu em uma linha de resistência de massas e organização de uma frente democrática para o enfrentamento do regime de ditadura, o PCdoB optou pela luta armada, iniciando um movimento de construção da guerrilha rural que culminou na experiência da Guerrilha do Araguaia. Conforme Ridenti.

A esquerda brasileira converteu-se, em pouco tempo, num mosaico de dezenas de pequenas organizações políticas. Elas divergiam quanto ao caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), sobre as formas que luta revolucionária deveria assumir (pacífica ou armada; se armada, guerrilheira ou insurrecional; centrada no campo ou na cidade), sobre o tipo de organização política necessária para conduzir a revolução (partido leninista ou organização guerrilheira). Entretanto, havia comum a proposta de fazer frente à ditadura (RIDENTI, 2014, p. 33).

Das organizações que tentaram implementar a luta armada no Brasil, podemos listar a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Operário Comunista (POC), também haviam as esquerdas vinculadas ao movimento católico como a Ação Popular (AP), e as organizações inspiradas pelo trotskismo, que tomaram fôlego a partir do processo de “desestalinização” de 1956, como por exemplo, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). A experiência do Araguaia foi o último movimento armado da luta revolucionária no Brasil e, no final da década de setenta, a avaliação do movimento se tornou um ponto de expressiva divergência dentro do PCdoB.

O Comitê Central demorou anos para admitir a derrota da guerrilha. Foi apenas em março de 1976 que, em reunião do Comitê Central, se delinearam duas principais tendências em relação à conflitiva: de um lado havia Angelo Arroyo (1928 - 1976), membro do Comitê Militar do partido e sobrevivente do Araguaia, que defendia as ideias sistematizadas no documento intitulado “Um grande acontecimento na vida do país” (1976), em que se definia a experiência como “altamente positiva”; do outro lado estava Pedro Pomar, dirigente histórico do PCdoB, que também participou ativamente da construção da guerrilha. Suas ideias foram expostas no documento conhecido como “Carta de Pomar” (1976) onde o dirigente argumentava que o erro do Araguaia teria sido estratégico e não tático; político e militar e não apenas militar. Também entendia que a conjuntura não fora favorável para a construção da guerrilha e que, antes do combate, teria sido necessário um trabalho maior de conscientização política com as massas (SALES, 2002).

Em setembro de 1976 foi publicado no jornal *A Classe Operária* o artigo “Gloriosa Jornada de Luta”, que pretendia trazer à luz as discussões presentes na reunião do PCdoB, realizada no mês de março do mesmo ano. O artigo não apontava os possíveis erros debatidos na reunião, e exaltava a guerrilha como uma grande façanha histórica. Mais uma reunião se fazia necessária para debater a questão do Araguaia e, esta, ocorreu no mês de dezembro de

1976, ocasião em que a maioria dos participantes argumentou que o referido artigo não expressava as discussões travadas na reunião anterior e que o debate deveria ser estendido a todo o conjunto do Partido (SALES, 2002).

A discussão a respeito da tática empregada na ação do Araguaia era de extrema necessidade, pois traduzia na ação prática a perspectiva do PCdoB para a revolução brasileira. Pautava-se como necessária a identificação dos erros, para que fosse possível efetuar as mudanças que a conjuntura demandava. O que os militantes não imaginavam era que o local e a data da reunião haviam sido descobertas pelo aparelho repressivo ditatorial. No dia 16 de dezembro de 1976, no episódio que entrou para a história como “chacina da Lapa”, foram assassinados três dirigentes do Partido, dentre eles, Angelo Arroyo e Pedro Pomar, assassinados durante a operação, e João Batista Drummond, morto após a prisão. Também foram presos torturados os dirigentes Haroldo Lima, Elza Monnerat, Aldo Arantes, Joaquim Celso e Lima e Maria Trindade.

Após o massacre, o Comitê Central do PCdoB se rearticulou em torno da figura de João Amazonas que, por sua vez, não deu continuidade às discussões da reunião de dezembro, assumindo como versão oficial do Partido o documento “Gloriosa Jornada de Luta”. Parte dos militantes nunca aceitaram totalmente a versão oficial adotada pelo Comitê Central e, em 1979 com a abertura da “Carta de Pomar” para todo o conjunto do Partido, o debate se intensificou e acelerou o movimento pela realização do VI Congresso do Partido onde deveriam, dentre outros temas, retomar o debate a respeito do significado da guerrilha do Araguaia. Foi no bojo das realizações do VI Congresso, que uma nova dissidência se materializou no Partido, ruptura que fundaria o Partido Revolucionário Comunista (PRC) (SALES, 2002). Em um documento do Comitê Regional Baiano de 1980, um militante escreveu:

Depois de sua reorganização em 1962 o Partido atuou em diferentes situações [...] E tudo com a mesma linha política, a elaborada na conferência extraordinária de 1962, exatamente há quase duas décadas. Neste período, nosso Partido não realizou nem um congresso. Isto é sério quando sabemos que nosso estatuto, no artigo 10, prevê a realização de congresso a cada cinco anos, é lamentável quando sabemos que os estatutos do partido Bolchevique previam a sua realização anual. E se era perfeitamente legítimo reconhecermos incorreções na linha política já naquela época, muito mais o será agora (SOBRE luta interna, [1979] ano provável, p. 1).

O desacordo com o Comitê Central e a mobilização pela realização do VI Congresso foi mais intensa nos comitês regionais da Bahia, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, envolvendo também quadros do Rio Grande do Sul. Os dirigentes do PCdoB tentavam evitar a realização do Congresso e colocavam como posição oficial do Partido as definições da VII Conferência Nacional, de junho de 1979, onde se formalizou o rompimento com o Partido Comunista da China (PCCh). Nesse momento, a luta do Araguaia foi entendida como “um grande feito”, convertida em “patrimônio comum da luta do povo brasileiro”, e no âmbito da questão internacional, foi adotada a compreensão da experiência albanesa como verdadeiro bastião do socialismo no mundo (OSÓRIO, 2012).

A respeito da questão internacional, consta na documentação referente a realização do VI Congresso, o seguinte debate.

Durante anos aprendemos a defender o maoísmo, a amar e seguir os ensinamentos do “Grande Timoneiro”. Em 1976 com a morte de Mao, um número especial da “A Classe Operária” reavivou em todas as cabeças as ideias que os militantes faziam do líder chinês: “Campeão da luta contra o revisionismo”, “marxista genial”, “seguidor brilhante dos ensinamentos de Lenin” etc. E, de repente, numa única penada, Mao passou a ser um líder pequeno burguês. Assim, depois de endeusado durante anos, novamente sem maiores discussões, conclui-se que “o pensamento de Mao Tsetung constitui o fundamento teórico da corrente revisionista chinesa (...) a obra e a atuação de Mao Tsetung contrapõe-se em essência a ciência social de Marx, Engels, Lênin e Stalin e aos objetivos do socialismo proletário” (VII Conferência, pág. 7). E, rapidamente, a Albânia passou a ser o centro da revolução internacional [...] Não, companheiros, negamo-nos a aceitar explicação tão simplista (SOBRE luta interna, [1979] ano provável, p. 4).

Em virtude disso, os rebeldes convocaram um Congresso extraordinário, e acusaram de desobediência o Comitê Central, tendo como base o 10º artigo do Estatuto, segundo o qual o Comitê Central deveria consultar os Comitês regionais, no caso de um ou mais deles propor a realização de um congresso. Entre a convocação do Congresso e sua efetiva realização, decorreram quatro anos. Neste período, outras conferências nacionais ocorreram, e as articulações pela criação de um novo partido comunista se intensificaram. O VI Congresso do PCdoB realizado em 21 de janeiro de 1984, converteu-se em I Congresso do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Os militantes do nascente PRC, defrontavam-se com o acúmulo teórico-prático das experiências guerrilheiras das décadas de 1960 e 1970. Ao mesmo tempo que viviam um

período de ditadura militar e avanço do neoliberalismo no contexto internacional, percebiam um valor histórico e político no leninismo e se propunham a compreender suas novas possibilidades e aplicações no contexto em que estavam inseridos. Para tanto, abriram uma discussão a partir de Gramsci e Lukács no movimento comunista brasileiro, tendo Lenin como principal referência e pensando a centralidade da direção cultural e da disputa pela hegemonia política no processo de construção da revolução.

Ao pensarmos o conceito de hegemonia em Gramsci, é importante compreendermos que o filósofo italiano, situa-se na transição entre a primeira geração do marxismo e o marxismo ocidental, uma vertente teórica marcada por um certo distanciamento do proletariado, vinculado a uma cultura mais acadêmica e próxima da universidade, é a este marxismo, também ligado ao marxismo heterodoxo, que se vincula teoricamente o Partido Revolucionário Comunista. Segunda Ana Rodrigues Cavalcanti Alves.

O problema central que perpassa a tradição do marxismo ocidental é a tentativa de responder por que a revolução proletária não aconteceu no Ocidente e quais as condições que favoreceram a eclosão de uma revolução na Rússia. Gramsci aponta as diferenças estruturais nas formações sociais do Oriente e do Ocidente e a necessidade de adotar estratégias políticas distintas das que foram adotadas na Rússia, já que o capitalismo avançado nos países ocidentais possibilitou também o fortalecimento das superestruturas (ALVES, 2010, p. 72).

Segundo Carlos Nelson Coutinho.

O desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a criação de amplos estratos operários, mas também, e em consequência, criou um estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. A determinação que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental por causa de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; elas fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias ao bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (COUTINHO, 1992, p. 36).

É a partir desse contexto que Gramsci trabalha o conceito de hegemonia, ele não inaugura o debate, uma vez que este conceito já se fazia presente na obra Lênin, a diferença



reside no ponto em que, Lênin ao tratar do conceito de hegemonia concentra-se na ditadura do proletariado e em seu caráter coercitivo, enquanto Gramsci denota a centralidade de constituir uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas, reforçando a importância da direção cultural e ideológica.

Desde o primeiro congresso, devido a um contexto não favorável para o desencadeamento da revolução, os militantes do PRC debatiam a necessidade da formação de uma frente operária e popular, que aglutinasse as camadas mais avançadas da classe trabalhadora, com diversos setores da sociedade, constituindo um campo político verdadeiramente revolucionário. Para tanto, se fazia primordial a conciliação entre o trabalho revolucionário dentro do partido clandestino, com o trabalho em partidos institucionais ou partido de massas. Na fase inicial o PRC manteve frentes atuantes em alguns partidos, como o PMDB, PT, e PDT, havendo um intenso debate interno a respeito de qual partido deveria ser escolhido para centralizar o trabalho revolucionário. Na edição número 4 da *Tribuna de Debates*, (órgão de debate interno do Partido), o militante que escrevia sob o pseudônimo de Berardo escreve o seguinte:

Dadas as justificáveis indefinições táticas, estratégicas, programáticas e organizativas que a nossa organização padece, é justificável também que no seu interior ainda existam bolsões de confusão e equívocos quanto à opção nos partidos institucionais. [...] Privilegiar o PT a nível nacional significa dar um importante passo para a consolidação de uma intervenção tática unitária da nossa organização a nível institucional. Isto não significa, porém, que em determinadas situações circunstanciais não se atue no PMDB e mesmo no PDT. A perspectiva de construção da frente operária e popular deve ser trabalhada com os setores radicais e populares desses partidos. [...] Hoje o PMDB aglutina ex-torturadores, ex-governadores da ditadura militar, e toda a espécie de oportunistas e carreiristas da podridão liberal-burguesa. Por sua vez o PT aglutina a massa avançada de operários, sindicalistas e setores da pequena burguesia emergentes das greves e do sindicalismo combativo. Afirmar que o PMDB representa o partido apropriado para que se manifeste as posições operário-populares, se não for o caso de uma concepção visionária ou de um quixotismo degenerado, reflexo enganoso do potencial eleitoral do PMDB, constitui-se num grave erro de avaliação (BERARDO, [entre 1979 e 1984], p. 11).

Em 1985, o PRC realizou o seu segundo Congresso, onde, ao analisar a nova república<sup>5</sup>, confirmou a aproximação com o PT e a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

---

<sup>5</sup> Nova República, ou Sexta República Brasileira, é o período da História do Brasil que se seguiu ao fim da ditadura militar até os dias atuais (a depender da interpretação). É caracterizado pela ampla democratização política do Brasil e sua estabilização econômica.

Esses entendiam que a revolução assumira uma “face civilizada” e que a ideia de “democracia em geral” seria uma “abstração apologética destinada a enganar o proletariado”. Portanto, era necessário formular uma teoria da revolução brasileira, que extraísse o acúmulo teórico da abordagem leninista, mas que não tomasse a revolução de 1917 como um modelo aplicável à realidade brasileira.

Também entendiam que não se podia repetir o erro do Araguaia, construindo uma revolução sem verdadeiro apoio popular; portanto “a propaganda socialista sistemática junto às massas” era um pilar central de sua tática. Além disso, era fundamental o Partido possuir uma base de massas própria. Porém no momento histórico em questão, a grande referência de mobilização popular era o PT e a CUT, o que justificava a aproximação com o Partido, pretendia-se conciliar o trabalho revolucionário clandestino, com o trabalho pela unificação de um campo político amplo de oposição à nova república (OSÓRIO, 2012).

Na *Tribuna de Debates* de 1989, o militante sob o pseudônimo de Mario, escreve a respeito da estratégia para a construção de um novo estatuto, referente ao III Congresso que se avizinhava.

A estratégia revolucionária socialista no Brasil deverá articular basicamente dois grandes momentos: um momento (fundamentalmente) de luta pela hegemonia na sociedade e outro (fundamentalmente) de preparação e exercício da força revolucionária. O primeiro de acúmulo estratégico de forças, de concentração crescente de hegemonia; o segundo, de confronto aberto com o estado visando completar a capacitação para a ruptura estratégica e realizar a própria ruptura estratégica. O primeiro (fundamentalmente) de luta política, ideológica, cultural e moral; o segundo, (fundamentalmente) de mobilização de massas e ataque militar ao estado; o primeiro, de aproximação e acercamento das forças às fortalezas do estado, através das trincheiras e casamatas da sociedade civil; o segundo, de choque frontal com as fortalezas do estado (MARIO, 1989, p. 22).

Neste trecho podemos perceber o amadurecimento da concepção de estratégia revolucionária, onde “se adquire enorme importância a guerra de posição”, visando criar “uma extraordinária concentração de hegemonia para o campo socialista”. Este momento inicial de luta pela hegemonia, deveria comportar duas dimensões essenciais: a primeira centrada na hegemonia política, esta seria a instância que possibilitaria a relação “com as grandes massas e a abordagem do poder de estado”, aqui a questão de fazer política, “deveria impregnar a atividade das forças socialistas em todas as suas esferas”; a segunda dimensão é a

de luta pela hegemonia “ideológica, ética e cultural”, colocava a problemática de criar as condições materiais para a “superação da velha e construção de uma nova cultura, de uma nova moral”, que caminhasse em direção de uma sociedade sem classes, uma sociedade comunista (MARIO, 1989, p. 22).

Como efeito desta primeira dimensão, se reafirmava a necessidade de atuação no partido institucional, o Partido dos Trabalhadores. A exemplo da segunda dimensão, em entrevista, o historiador, jornalista e ex militante do PRC Tau Golin, destacou o esforço dos comitês culturais no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Santa Maria, desenvolvendo um trabalho em prol do fortalecimento do nativismo latino americano, estabelecendo vínculos entre o movimento estudantil com artistas como Noel Guarany, Cenair Maicá, Pedro Ortaça, Jayme Caetano Braun, Grupo Tarancon e outros, nas palavras de Tau Golin “a latinoamericanidade deve muito ao PRC” (GOLIN, 2023).

Tratava-se de uma tentativa de combater a cultura "fascistóide" e “militaresca” presente nos CTGs, fortalecendo em lugar do sentimento de oposição, entre rio grande do sul e Brasil, um sentimento unitário de latinidade, brasilidade, com orientação terceiro-mundista, anti-imperialista e revolucionária. Neste mesmo sentido, o PRC foi um partido que debateu profundamente a questão dos direitos das minorias, teve grande relevância na organização do movimento feminista, estabelecendo um vínculo organizativo muito forte com o Grupo Germinal, importante organização feminista que atuou em Santa Maria nos anos 1980.

Apesar da oposição do PRC e do PT à nova república, ela se configurou via transição conservadora. O mundo vivia uma nova fase de avanço neoliberal, um processo que pôs fim a União Soviética e, de maneira geral, enfraqueceu o movimento comunista internacional, dando espaço para as teorias de “fim da história”, que defendiam que o enfrentamento de classes tradicionais, estava superado, restando às organizações proletárias a luta por reformas no sistema com o intuito de melhorar a vida da classe trabalhadora dentro da institucionalidade (OSÓRIO, 2012). Na apresentação de alguns projetos de resoluções para o III Congresso, ao analisar a crise dos partidos comunistas, registra-se a seguinte análise.

Assim o fracasso dos partidos comunistas, por um lado, e a pujança do PT, por outro, tem levado a muitos – certamente a maioria – dos que lutavam pela construção de um partido de vanguarda da classe operária a abdicar desta luta e a enveredar pela constituição de tendências comunistas (ou até mesmo “socialistas”)

no interior do PT. Este é o caminho que, parece, “a vida” indica como o mais correto (PROJETO de resolução sobre organização partidária, 1989, p. 5).

No trecho citado acima, o autor não estava defendendo o abandono das ideias comunistas e a adesão imediata ao PT, pelo contrário, no desenvolvimento de sua análise ele afirma que “a vida”, “não é mais que uma denominação mais atraente para espontaneidade”, que o caminho da revolução deveria pautar-se na “análise estribada na teoria e no conhecimento dos fatos”, e que, “o que teme o desconhecido não merece o título de revolucionário, não passa de um burocrata”. Apesar do sentimento revolucionário seguir vivo no coração deste militante, o trecho citado acima exemplifica muito bem a consternação presente entre as esquerdas radicais do final do século XX (PROJETO de resolução sobre organização partidária, 1989, p. 5).

No decorrer de sua trajetória, com a crise do socialismo real e o avanço do neoliberalismo, o Partido Revolucionário Comunista foi pouco a pouco, abandonando suas bases leninistas de organização, e foi virando nas palavras de Tau Golin, “um partido radical do ponto de vista republicano e radical do ponto de vista democrático” (GOLIN, 2023).

Pedro Osório em seu trabalho, também ressalta a influência do imperativo organizacional nos moldes sugeridos por Huntington<sup>6</sup>, este imperativo é decorrente da compreensão de que a contribuição do movimento revolucionário à política moderna, se daria pela habilidade de organizar e criar novas instituições políticas capazes de preencher o vácuo da autoridade, e não a mais pela destruição das instituições através da revolução (OSÓRIO, 2012). Teoricamente o PRC teve muitas influências, muito distintas entre si, que o levaram a passar por grandes transformações, que guiaram-no à autodissolução. Este trabalho não pretende abordar as vicissitudes teóricas da trajetória do Partido, apenas indicar uma gama de possibilidades de pesquisas a partir do acervo.

Foi em decorrência de tal contexto que, em julho de 1989, por via de seu terceiro Congresso, o PRC formalizou sua extinção, através do documento “Resolução sobre organização”. No documento, o Partido desenvolveu a ideia de uma estrutura nacional não

---

<sup>6</sup> Foi um cientista político norte-americano, tornou-se conhecido por sua análise do relacionamento entre os militares e o poder civil, por suas investigações acerca dos golpes de estado e, principalmente, por sua teoria do choque de civilizações.

partidária, sigilosa e de caráter não-público. A estrutura deveria trabalhar em prol de uma práxis revolucionária militante, em vistas de superar o impasse teórico marxista do final do século. No documento também evidenciava-se a decisão de transferir o PRC para o PT, promovendo uma estratégia de hegemonia, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, disputando ideias e desenvolvendo as condições materiais para a superação do sistema capitalista (OSÓRIO, 2012).

Infelizmente, o documento que registra a autodissolução do PRC não se encontra mais no conjunto do acervo, entretanto o custodiador afirma que sabe onde ele está, e em breve será integrado à totalidade do fundo documental.

### **1.1 O Arquivo do PRC Sob Custódia**

O Partido Revolucionário Comunista, foi responsável pelo exercício fundamental de análise e compreensão da luta revolucionária no Brasil. O destino que se configurou em seu horizonte é exemplificativo do “mal estar” que recaiu sobre toda a esquerda radical brasileira após a queda do muro de Berlim. Sendo assim, o fundo documental do PRC em custódia do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo detém informações inéditas sobre tal processo histórico, tendo muito que contribuir em futuras pesquisas históricas que se interessem pela esquerda revolucionária brasileira.

Atualmente o fundo documental do Partido Revolucionário Comunista, encontra-se em custódia do Arquivo Histórico Regional (AHR), laboratório de pesquisa da graduação e pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), tendo sido doado pelo historiador, jornalista e professor Luiz Carlos Golin, conhecido como Tau Golin, que foi militante do Partido e após sua extinção ficou encarregado da custódia do acervo. O AHR foi criado em 1984, como Museu e Arquivo Histórico, pelos professores vinculados ao curso de graduação em História, à época, visando compor um acervo passível de pesquisa e trabalho pelos estudantes. A proposta já estava alinhada à futura constituição da pós-graduação, inicialmente *lato sensu*, e, mais tarde, *stricto sensu*. Na década de 1990 o setor foi dividido entre Museu Histórico Regional (MHR), à cabo da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, e o Arquivo Histórico Regional (AHR), mantido com o curso e o Programa de Pós-Graduação em História. Atualmente o AHR tem sob sua guarda uma diversidade de acervos e fundos documentais divididos entre Arquivos Públicos, Arquivos Sociais, Arquivos

de Comunicação Social, Arquivos Privados e Biblioteca Auxiliar<sup>7</sup>. Quando da doação do acervo do PRC ao AHR, o custodiador Tau Golin havia se aposentado da UPF.

Segundo dados de seu Currículo Lattes<sup>8</sup> o professor Luiz Carlos Golin é pós-doutor em História pela Universidade de Lisboa (2010), pós-doutor em História pela Universidad de la Republica - Uruguay (2018), doutor em História Ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000), mestre em História do Brasil pela PUCRS (1996), graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), jornalista profissional pelo Ministério do Trabalho (RP 5870-1986), mestre em navegação pela Marinha do Brasil (2007), professor de navegação pela ISAF - International Sailing Federation (2003).

Foi professor da Universidade de Passo Fundo nos cursos de graduação em História e Comunicação desde 1996, além de integrar o Programa de Pós-Graduação em História. Exerceu as funções de coordenador da UPF Editora, coordenador do Arquivo Histórico Regional (2004 – 2005). Ainda coordenou o Departamento de Midiologia e o projeto de concessão-implantação do sistema de comunicações de televisão e rádio da UPF.

É coordenador geral da publicação *História Geral do Rio Grande do Sul*. Atua também como professor colaborador na Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal. Coordenou os grupos de pesquisas cadastrados no CNPq: Núcleo de Documentação História - NDH (2005) e o Núcleo de Pré-História e Arqueologia - NuPHA (2011), que mantém o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia - LACUMA (2012). Membro da Academia Uruguaia de História, Montevideu; do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; e do Centro de Estudos de História do Atlântico - CEHA, Ilha da Madeira, Portugal. Exerceu, desde 1972, funções de editor, articulista e repórter em editoras, jornais e revistas, como por exemplo: Zero Hora (Porto Alegre), Diário do Sul (Porto Alegre), Tchê! (Porto Alegre), Correio do Povo (Porto Alegre), A Razão (Santa Maria), O Expresso (Santa Maria), Práxis (Santa Maria).

Entre livros e capítulos publicou mais de cinquenta títulos. Foi consultor ad-hoc CAPES e parecerista de periódicos brasileiros nas áreas de História, Comunicação e Cultura. Tem experiência em editoração e nas áreas de Comunicação e de História, com ênfase em História

---

<sup>7</sup> O acervo do AHR pode ser consultado pelos catálogos, disponíveis no site [www.upf.br/ahr/acervo](http://www.upf.br/ahr/acervo).

<sup>8</sup> Informações retiradas do Currículo Lattes em 13/03/2023 e entrevista ao AHR

do Brasil, Íbero-americana, História Regional Comparada e História Comparada da Navegação, atuando em temas como: tradicionalismo, gauchismo, Revolução Farroupilha, Guerra Guaranítica, regionalismo, fronteiras, geopolítica do Prata, mídia, cultura e história comparada da navegação.

Foi integrante e militante do PRC e de movimentos estudantis. Após a dissolução do PRC foi escolhido como fiel depositário da documentação, que estava sob sua guarda desde o fim da década de 1980. De acordo com o professor Tau Golin, custodiador do acervo do PRC por mais de trinta anos; por volta do final da década de 1970, Golin relata que vivia no município de Santa Maria, onde trabalhava como jornalista e radialista, já sendo bem conhecido na cidade, neste período ele também participava do movimento estudantil, integrando o movimento de escola cultural, neste período seu grupo de amigos e militância era composto por figuras como Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim, Pedro Osório, Luiz Sérgio Metz (Jacaré), entre outros (GOLIN, 2023).

No período estava em vigência o bipartidarismo da ditadura civil-militar (1964 - 1985), o que impelia as camadas mais à esquerda da sociedade a concentrarem suas atividades políticas no MDB, este era o caso de Tau Golin que à época integrava o movimento do MDB Jovem. Foi em fins da década de 1970, que este grupo, à pouco mencionado, começou a aproximar-se de uma parcela dissidente do PCdoB, os chamados à época de marxistas heterodoxos, militantes descontentes com a linha política do Partido, que reivindicavam a realização de um novo congresso, estes militantes viriam a ser os fundadores do PRC (GOLIN, 2023).

Como militante do PRC, Tau Golin afirma que teve mais atuação dentro do comitê cultural de Santa Maria, onde pode estabelecer vínculos com diversas figuras do nativismo latino americano, combatendo a perspectiva tradicionalista e conservadora no âmbito cultural sul-rio-grandense, em entrevista Tau Golin ressaltou a importância do PRC na inserção das ideias nativistas latino americanas no Rio Grande do Sul (GOLIN, 2023).

A respeito da organização de um fundo documental do Partido Revolucionário Comunista, o professor Tau Golin relata que no final da década de 1980, período em que o PRC passava pelo seu processo de autodissolução, houve um recrudescimento da repressão a organizações comunistas no Brasil, sendo assim, o Partido organizou um comitê gestor para tratar de reunir a documentação que estava espalhada por todo o país, escolhendo-o como fiel

depositário do acervo, devido ao fato de nesse período, o professor já ser bastante conhecido por seus livros de história, podendo alegar que a documentação se encontrava com ele para fins de pesquisa (GOLIN, 2023).

Os documentos começaram a ser enviados para o professor Tau Golin, que os reunia e os armazenava em seu apartamento na cidade de Porto Alegre. Como de acordo com o custodiador, haviam inúmeros documentos repetidos, o professor nos relata que teve de fazer uma seleção, escolhendo os exemplares mais bem conservados de cada documento para preservar, e queimando o restante na churrasqueira do prédio em que residia, nas noites de semana, após o trabalho (GOLIN, 2023).

O custodiador optou por organizar os documentos em pastas AZ, primeiramente pelas regiões de procedência geográfica e pelas temáticas contidas, sempre preservando uma ordem cronológica dos acontecimentos da história do Partido. O professor ressalta que mesmo naquela época, ele compreendia que as pastas não eram a melhor forma de armazenamento de documentos, porém afirma que foi o método possível em um período de semi-clandestinidade (GOLIN, 2023).

Por muitos anos, o fundo de acervo documental do PRC, ficou sendo uma parte integrante da biblioteca particular do professor, onde em diversas situações, pesquisadores tanto do campo da história como da ciência política se dirigiam a sua residência, para realizar suas pesquisas, ficando muitas vezes hospedados na própria casa do professor, até coletarem as informações necessárias para a realização de seus trabalhos. As pesquisas realizadas neste período, referenciavam as informações coletadas no acervo, como pertencentes ao núcleo de documentação histórica da pós graduação de história da UPF (NDH), esta era uma forma de proteger a documentação, uma vez que o professor de fato fazia parte do PPGH da Universidade de Passo Fundo e armazenava os documentos em sua residência.



## **II. O FUNDO DOCUMENTAL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA (PRC) SOB A GUARDA DO ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL (AHR)**

A chegada do fundo documental do Partido Revolucionário Comunista ao Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, remonta os idos do mês de julho do ano de 2022, quando o professor e jornalista Luiz Carlos Golin entrou em contato com a professora e coordenadora do Arquivo Histórico Regional, Gizele Zanotto, relatando o seu desejo de realizar a doação dos documentos pertencentes ao PRC, que estavam em sua posse desde a dissolução do Partido. As tratativas para doação ocorreram ao longo das semanas seguintes e acordado os pormenores no dia da doação.

Foi no dia 17 de agosto de 2022, cerca de um mês após o primeiro contato, que os documentos chegaram até o Arquivo Histórico Regional, localizado no campus 1 da Universidade de Passo Fundo. Os documentos foram transportados pelo professor Tau Golin em seu carro particular. Neste dia foram entregues 28 pastas e junto delas, o professor encaminhou uma cópia digital do catálogo que produziu descrevendo e organizando todos os documentos, que até então estavam sob sua guarda em seu apartamento em Passo Fundo.

Logo após a chegada da documentação ao Arquivo, foi realizado o procedimento padrão de recebimento de documentos, inicialmente eles foram alocados em prateleiras de metal em uma sala separada das salas de acervo para que passassem por um período de quarentena, este procedimento se faz necessário para que possa ser detectado algum sinal de infestação de microrganismos ou de insetos, é somente após a conclusão do ciclo de vida deste possíveis “invasore” que se inicia o processo de higienização página por página.

Neste dia também foi realizada uma primeira entrevista com o custodiador do fundo documental, estavam presentes, a professora Gizele Zanotto, a funcionária Bruna Zardo Becker e o estagiário Gabriel José de Almeida. As perguntas foram formuladas previamente, com algumas intervenções durante a conversa. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita.

Ao longo da entrevista foram acordados os seguintes parâmetros para a doação do fundo: A doação será no formato de guarda permanente ao Arquivo Histórico Regional; O

catálogo já produzido pelo professor pode ser utilizado pela equipe e pesquisadores. Contudo, o Arquivo Histórico Regional só está autorizado a veicular e utilizar o catálogo com os codinomes dos envolvidos, suprimindo os nomes civis. O catálogo original – com codinomes e nomes – fica restrito a coordenação do AHR; a condição para a doação é o comprometimento pelo Arquivo Histórico Regional de realizar a digitalização fotográfica da totalidade dos documentos; o termo de doação será encaminhado posteriormente para assinatura digital das partes, tendo sido assinado no dia uma carta de doação.

Vale ressaltar que a carta de doação é apenas um documento inicial de todo o processo. Concluída a fase de higienização, será produzida uma relação detalhada dos documentos cedidos, seguido da elaboração de um termo de doação. Este termo, deverá ser assinado por todas as partes envolvidas: o Arquivo Histórico Regional (AHR), o professor Tau Golin como custodiador e doador do acervo e a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). A doação será anunciada em reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, e lavrada em ata oficializando a incorporação documental ao patrimônio institucional.

Após a doação, foi produzido um dossiê, onde realizou-se um diagnóstico preliminar, seguindo o modelo do Manual de Organização de Arquivos Pessoais da FIOCRUZ RJ. O fundo de acervo documental do Partido Revolucionário Comunista, é composto por documentação em suporte papel, com predominância do gênero textual e bibliográfico, e quando entregues em custódia para o Arquivo Histórico Regional estava alocado em vinte e oito pastas (do tipo pasta AZ), com dimensão total de 1,95 metro linear.

Figura 1 - Local de guarda do acervo na Sala de Higienização - AHR, 2023.



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 2 - Pastas do Acervo do PRC



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 3 - Detalhe das Pastas AZ



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 4 - Detalhes das Pastas AZ



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Como podemos perceber nas imagens, foram realizadas duas perfurações em cada documento em vista de alocá-los nas pastas AZ. A maior parte dos suportes estão grampeados ou presos por cliques de papel, todos em estado avançado de ferrugem, causando sérios danos aos suportes, todavia são danos que podem ser efetivamente suavizados, a partir de um procedimento inicial de higienização mecânica.

As pastas intituladas “arquivos especiais”, diferenciam-se das demais por possuírem embalagens plásticas para cada documento, em entrevista o professor Tau Golin informou que a princípio, todo o acervo estava em embalagens plásticas, contudo, devido às perfurações realizadas, para prender os documentos nas pastas, com o passar do tempo, em função do manuseio, os plásticos começaram a rasgar, levando ao custodiador, optar por retirar a embalagem de parte do acervo (GOLIN, 2023).

Os documentos presentes no fundo documental foram produzidos entre o final da década de 1970 e 1980, sendo procedentes de cidades do Rio Grande do Sul, como Santa Maria e Porto Alegre, também constam documentos de nível nacional e regional procedentes da região sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, existem também documentos da região nordeste, de diferentes estados, em maior número Bahia, havendo também documentos da Paraíba, Pernambuco, Maranhão.

Embora o Partido Revolucionário Comunista, tenha sido uma organização de curta existência (1984 - 1989), os documentos presentes no acervo são tanto anteriores, quanto posteriores ao período de atuação do Partido. As pastas intituladas “Arquivos Especiais”, são referentes ao período anterior à fundação do PRC, quando alguns militantes do PCdoB, se mobilizaram sob a alcunha de VI Congresso, ou PCdoB (E), e reivindicavam a realização de um novo congresso, nas pastas com nome “partidos”, existem alguns documentos vinculados ao Partido dos Trabalhadores que são posteriores ao período de dissolução do PRC.

O acervo organiza-se como segundo os moldes de uma biblioteca, sendo organizado individualmente pelo professor Tau Golin, que também elaborou um catálogo, ele afirma não ter se baseado em nem uma leitura prévia, nem se inspirado em qualquer outra lógica de organização de acervo, apenas seguiu a lógica própria, que guiava a organização de sua biblioteca particular.

Os documentos foram organizados por procedência geográfica no caso das pastas municipais, regionais e nacionais; e temáticas, nas pastas de textos, partidos e arquivos especiais, todas seguindo uma ordem cronológica. No total somam 28 pastas, com a seguinte divisão: 5 pastas nacionais, 6 pastas regionais, 2 pastas municipais (Porto Alegre e Santa Maria), 2 pastas de arquivos especiais (referentes ao período que antecede a fundação do PRC, são documentos procedentes em sua maioria do comitê da Bahia), 3 pastas de Partidos (contendo documentos referentes a outras organizações além do PRC), e 10 pastas de textos (contendo textos de circulação interna e externa do Partido).

Nas pastas intituladas textos, também encontramos algumas leituras e anotações pessoais do doador, este elemento acaba fazendo com que o acervo se situe em um espaço transitório, entre a categoria de acervo pessoal e acervo institucional, não sendo uma tarefa simples delimitar com certidão estes termos. Se por um lado o acervo é composto por arquivos de diversas partes do país e reflete todos os debates centrais que ocorriam a nível nacional, por outro, são muito mais fartos os documentos referentes aos espaços de atuação do custodiador, além de haver documentos evidentemente pessoais, misturados ao conjunto arquivístico. Uma das possibilidades de classificação seria a de acervo privado de natureza institucional, entretanto, neste trabalho não pretendemos bater o martelo a respeito desta questão, esta definição se dará com avançar do processo de arquivamento do acervo, que no momento presente, ainda se encontra no estágio de higienização.

A respeito da organização do catálogo, verificou-se no dossiê de doação a seguinte característica.

O catálogo relaciona os documentos, com foco na autoria e título do texto, ficando claro que o seu objetivo era facilitar o encontro do conteúdo e informações que poderiam estar ali registrados. Em alguns casos, o que podemos considerar como um documento (ex. edições de periódicos) possui diversas entradas no catálogo para indicar cada texto que pode ser encontrado nessa unidade documental (BECKER, 2023, p. 8) (Não publicado).

Podemos perceber, a partir desta característica da organização do catálogo, que o custodiador privilegiou o conteúdo presente em cada documento e não a unidade física, este método facilita ao pesquisador que busca por temas específicos, todavia é um método

incomum de catalogação e talvez venha a ser modificado com o desenvolvimento da organização e arquivamento do acervo no AHR.

Cabeçalho do Catálogo:

Data	Documento	Arquivo	Autor	Tipo	Órgão	Nº
------	-----------	---------	-------	------	-------	----

Ao analisarmos o acervo, podemos perceber que alguns arquivos não estão no mesmo lugar que indica o catálogo, outros documentos não estão listados. Devemos levar em consideração que a organização do acervo e criação do catálogo se deram entre o final de 1989 e a primeira metade de 1990, sendo consultado por inúmeras pessoas nas décadas que se seguiram, mesmo que o custodiador tenha tomado todos os devidos cuidados, é possível que nesse processo documentos tenham se extraviado, e postos fora de ordem.

O fato de, o documento de registro da autodissolução do Partido não estar integrado ao conjunto do acervo, denota algo interessante a respeito dos caminhos e descaminhos desta documentação. Se em alguns casos os pesquisadores passavam dias na residência de Tau Golin, pesquisando em sua biblioteca, em outros, o custodiador confiou ao pesquisador documentos de primeira importância, sem nem um tipo de controle mais rígido de entrada e saída de documentação.

Esta informação abre um enorme precedente, para pensarmos quantas vezes pode ter ocorrido algo semelhante com outros documentos no decorrer dos últimos trinta anos, talvez resida aí, muitas das explicações para as incoerências entre o catálogo e o acervo propriamente dito. Apesar do custodiador afirmar nas entrevistas que queimou todos os documentos, deixando apenas uma cópia de cada, ao verificar o acervo, encontramos inúmeros documentos repetidos, com duas, três, até quatro cópias de um mesmo documento.

Por tratar-se de documentos produzidos por diversas instâncias e em diversas regiões, por vezes, não é possível identificar a origem do documento. O conjunto documental também possui algumas peculiaridades e restrições, por tratar-se de uma organização clandestina ou semi-clandestina, grande parte da documentação está assinada por “nomes de guerra”, não sendo possível (e permitido por uma questão de sigilo) a identificação do nome civil.

Para além da problemática com os nomes de guerra, também podemos pensar na contextualização da produção documental, em que no caso dos partidos clandestinos, há uma ocultação deliberada das atividades operacionais, onde se produz o mínimo de documentos possíveis, visando de antemão, a futura eliminação dos documentos, é por este motivo que na maioria dos arquivos de partidos clandestinos, e nisso se inclui o acervo do PRC, grande parte dos documentos que se preservam são os vinculados a agitação e propaganda, raramente são preservados documentos vinculados às atividades cotidianas do Partido, como gastos com infra-estrutura material, aluguel de sede, de carros, notas fiscais, etc.

No caso do acervo do Partido Revolucionário Comunista, a grande maioria dos documentos são reproduções, sendo muito escassas as matrizes originais, isto se deve ao fato de que muitos dos documentos incluídos no acervo, são os que visavam a circulação interna, voltada para leitura e debate entre os próprios membros do Partido. Neste mesmo sentido, o custodiador afirmou em entrevista que os documentos do acervo estavam todos dispersos pelas diversas células do PRC, e que para a constituição do acervo, estes documentos foram enviados para o custodiador, que os analisou, selecionou, organizou e catalogou.

É interessante pensarmos nesta primeira seleção que ocorreu antes dos documentos chegarem até o custodiador, a respeito de o que estas pessoas escolheram enviar, os documentos enviados foram os considerados mais importantes? ou foi enviado o que era menos comprometedor? Quais foram os cuidados tomados com a questão da semi clandestinidade? É impossível afirmarmos algo com certeza, contudo, ao pensarmos a forte vocação intelectual do Partido, parece fazer sentido que, o que se escolheu preservar foram as leituras que estavam sendo feitas, os debates internos e a circulação de ideias. Talvez a própria ausência de maior variedade de tipologias documentais, seja em si, um reflexo do tipo de atividade que o Partido exercia. Se tratava-se de um partido intelectual, o que essencialmente remanesce da existência desta organização, são justamente seus debates teóricos.

Sendo assim, o pesquisador que se embrenha na tarefa de buscar a aproximação entre o fundo documental e o contexto produtor destes documentos, deve tomar as informações presentes no acervo como um referencial, e nunca como um reflexo exato da realidade. Inegavelmente, o espaço existente entre as diretrizes oficiais do Partido, os elementos “normatizados” e as ações efetivamente desenvolvidas por um partido clandestino, é muito maior e profuso que em organizações legalizadas, entretanto, segundo Lopez.



Deve-se ressaltar que mesmo os agrupamentos legais muitas vezes exercem atividades para além de sua fachada normativa/formal. Nesse sentido, a análise das associações clandestinas justifica-se, não só para a compreensão das atividades informais dos agrupamentos ilegais, como também para o entendimento das atividades informais (ou extra-legais) dos partidos legalmente constituídos (LOPEZ, 1998, p. 2).

O fundo documental do Partido Revolucionário Comunista, além de ser um instigante e profícuo objeto de estudo para a área da arquivologia, devido às suas múltiplas peculiaridades vinculadas ao contexto de produção, trajetória, organização, e outras características, as quais requerem um trabalho de maior fôlego e centrado nos aspectos da arquivística, constitui também, uma imensa gama de possibilidades de pesquisas na área da história e da ciência política, contendo fontes primárias inéditas, referentes ao contexto político brasileiro, e das esquerdas como um todo nas décadas de setenta e oitenta do século XX.

Temos alguns trabalhos acadêmicos muito interessantes que foram realizados a partir do acervo do Partido Revolucionário Comunista, em um período anterior ao da doação ao AHR, quando o arquivo ainda se encontrava em custódia do professor Tau Golin, estes trabalhos são: a tese de doutorado de Pedro Luiz da Silveira Osório, intitulado *Partido Revolucionário Comunista (PRC): trajetória e contribuições para o PT*, defendida em 2012 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a dissertação de mestrado da Me. Fabiana Pires de Oliveira, intitulado *O PCdoB e o Araguaia: a dissidência interna de 1979-1984*, defendida em 2006 na Universidade de Passo Fundo (UPF). Ambos os trabalhos estão de maneira geral, voltados ao desenvolvimento dos partidos políticos, e em relação a quantidade de temas possíveis para pesquisa dentro do acervo, estão muito longe de esgotar as possibilidades de novos estudos. Como já citado de maneira superficial neste trabalho, o PRC estabelecia um forte laço organizativo com o movimento feminista, a partir do Grupo Germinal de Santa Maria, embora este grupo possua um acervo próprio, existe farta documentação presente no acervo do PRC, referente a debates sobre concepções de feminismo e a relação com a luta de classes e a construção da revolução brasileira.

Também registra-se documentação a respeito da questão indígena no Brasil, estes documentos estão presentes nos boletins internos de debates do PRC, e também na elaboração de programa mínimo para debate nas conferências e congressos. A relação entre ecologia e

marxismo também se faz presente em diversos documentos. Ambos os temas indicam um certo pioneirismo do Partido em relação a inserção destes debates no movimento comunista brasileiro.

A questão da democracia e o direito das minorias se constitui em uma categoria central trabalhada nos debates internos do Partido, assim como as grandes questões que motivaram inicialmente a cisão com o PC do Brasil, como questões do leninismo, o centralismo democrático, o maoísmo, e principalmente o balanço teórico da guerrilha do Araguaia. Também devemos ressaltar o intenso debate a respeito da disputa pela hegemonia política e o estudo do pensamento de teóricos como Gramsci e Lukács, dentre outros.

Passados o período inicial de aclimação dos documentos ao ambiente do arquivo histórico, iniciou-se o processo de higienização mecânica dos documentos, em vistas de corrigir o processo de deterioração dos suportes. Segundo Norma Cianflone Cassares.

Nos projetos de conservação/preservação de acervos de bibliotecas, arquivos e museus, é recomendado apenas o uso de materiais de qualidade arquivística, isto é, daqueles materiais livres de quaisquer impurezas, quimicamente estáveis, resistentes, duráveis. Suas características, em relação aos documentos onde são aplicados, distinguem-se pela estabilidade, neutralidade, reversibilidade e inércia (CASSARES, 2000, p. 25).

Com os documentos do Partido Revolucionário Comunista, foram utilizados pincéis macios de diferentes espessuras, espátula de aço e espátula de osso, pinça, bisturi, removedor de grampos e anzol de aço inoxidável, tipicamente utilizado para tratamento dentário. Estes instrumentos tipicamente utilizados em cirurgias, são também utilizados na higienização por serem feitos de aço cirúrgico e inox, facilitando a limpeza e a não contaminação, e também por possuírem pontas finas que auxiliam na precisão das intervenções nos documentos.

Figura 5 - Utensílios de higienização



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

O trabalho foi realizado sobre uma mesa higienizadora, e sobre um grande pedaço de papel filtro, com o intuito de capturar as partículas de poeira, impedindo que as mesmas se espalhassem pelo ar, podendo poluir outros documentos, ou mesmo causando danos respiratórios aos próprios pesquisadores ou funcionários do arquivo.

Figura 6 - Higienização superficial com pincel grande



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 7 - Higienização das marcas dos grampos com o pincel pequeno



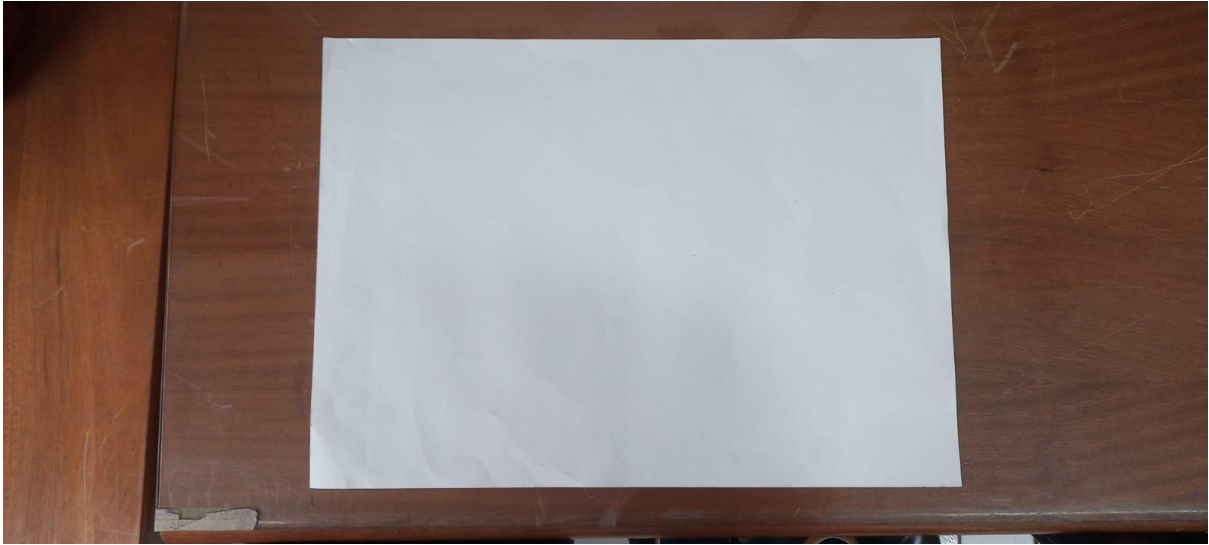
Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 8 - Mesa higienizadora



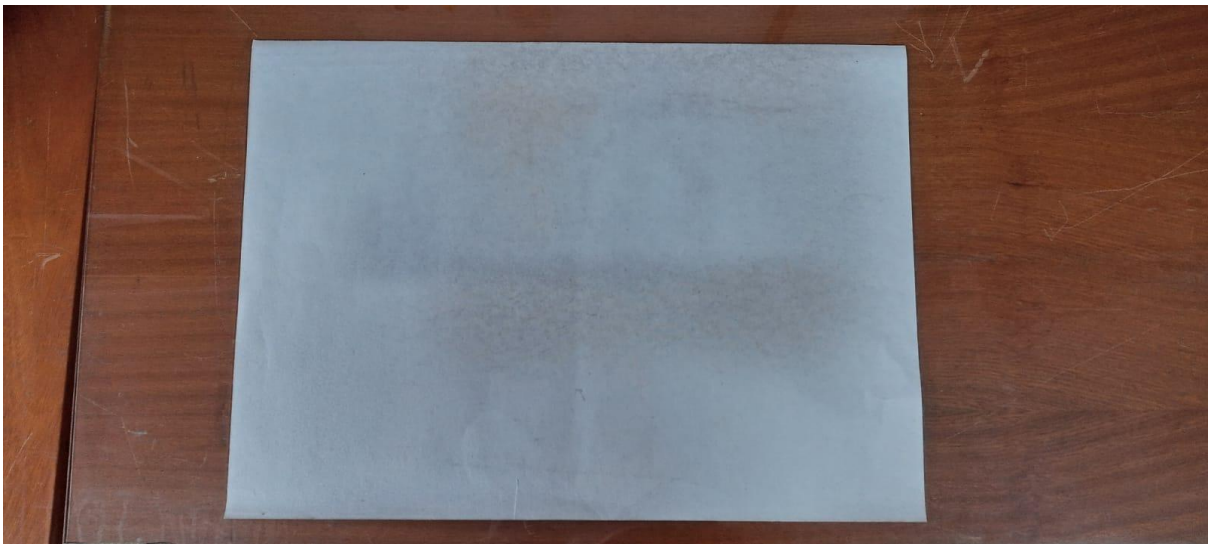
Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 9 - Papel Filtro antes da higienização



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 10 - Papel Filtro após a higienização



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Podemos dizer que o procedimento padrão, mais realizado nos documentos do fundo de acervo documental do Partido Revolucionário Comunista, foi o de remoção de sujidades com os pincéis, seguidos da remoção de todos os grampos e cliques que prendiam os papéis, assim como também a raspagem de ferrugem acumulada nas extremidades dos suportes.

Figura 11 - Grampos e sujidades removidas



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Após a remoção dos grampos e a higienização mecânica folha por folha, as páginas que compunham um único documento foram reagrupadas e presas por uma cinta feita de papel sulfite.

Figura 12 - Documento fixado por cinta de papel



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Após concluir a higienização de todos os documentos presentes em uma das pastas AZ, a pasta era descartada e substituída por uma caixa de polipropileno corrugado, também chamado de caixa de polionda, estas caixas constituem um espaço mais adequado para o armazenamento de documentos arquivísticos.

Figura 13 - Caixa de polipropileno fechada



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor

Figura 14 - Documentos empilhados de forma retilínea/horizontal



Fonte: Arquivo Histórico Regional. Foto do Autor



O trabalho com acervo nunca é imediato, é um trabalho longo e que pode levar de meses a anos, de maneira geral o procedimento do AHR é composto por sete etapas: quarentena, higienização, organização/catalogação, digitalização, acondicionamento, acomodação em local de guarda, disponibilização para pesquisa.

Levando em consideração que o acervo chegou até o Arquivo Histórico Regional no mês de agosto de 2022, e o trabalho cotidiano no arquivo histórico pode ser muito tumultuado, com visitas de grupos e escolas, atendimento a pesquisadores e montagens de exposições, dentre outras atividades. O trabalho com a higienização mecânica, iniciou-se por volta do mês de outubro de 2022, neste período, das 28 pastas que compunham o acervo foram higienizadas apenas 11, isto significa que ainda existe muito trabalho pela frente, não havendo previsão de quando a tarefa será concluída por completo.

O presente trabalho se insere neste contexto inicial de recebimento, o que impossibilita um aprofundamento maior das inúmeras questões apresentadas no texto, todavia o trabalho se faz de suma importância para que possamos pensar e decidir, as próximas medidas que serão tomadas para a organização final do acervo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazermos um balanço da trajetória do PRC, tendo em consideração os debates que motivaram sua fundação, o desenvolvimento de suas teses e seu desfecho sintomático e pouco convencional para partidos de esquerda radical, nos deparamos com um panorama que reflete e sintetiza grande parte dos dilemas centrais que orientaram a luta de classes na segunda metade do século XX.

Em sua curta existência o Partido Revolucionário Comunista passou por diversas fases, fornecendo uma importante contribuição ao comunismo brasileiro. Avançou significativamente no desenvolvimento de uma política cultural revolucionária, estabeleceu laços com o movimento nativista, visando o fortalecimento de um sentimento de latinidade, realizou um debate muito importante a respeito do valor da democracia e o direito das minorias, além de desenvolver uma perspectiva do movimento revolucionário como imperativo organizacional, que contribuiu na organização do Partido dos Trabalhadores e no avanço da compreensão do debate teórico como um todo.

A farta documentação presente no fundo documental da organização, uma vez que esteja definitivamente arquivada ao acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR), possibilitará o avanço em diversos campos de pesquisa e constituindo valioso patrimônio histórico cultural e documental.

O presente trabalho é reflexo do primeiro contato do AHR com o fundo documental, tendo se desenvolvido paralelamente às primeiras medidas de recebimento e higienização do acervo. Devido à incerteza de algumas medidas a serem tomadas, que só poderão se concretizar com a passagem do tempo, este trabalho apenas apresenta algumas questões iniciais a serem levadas em consideração no processo de organização e arquivamento do fundo documental.

## MATERIAIS

ACERVO Documental PRC (1979 - 1989). Arquivo Histórico Regional (AHR - PPGH/UPF).

BERARDO. *A questão da opção institucional*. Tribuna de Debates nº 4 IV Congresso. Pasta Nacional 1, nº 5. [entre 1979 e 1984]. Acervo documental PRC. Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

MARIO. *Conclusão sobre estratégia*. Tribuna de Debates nº 5. Pasta Nacional 5, nº 166, 1989. Acervo Documental PRC. Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

*PROJETO de resolução partidária*. 1989. Pasta Nacional 5, nº 153. Acervo documental PRC. Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

*SOBRE luta interna*. [1979] ano provável. Arquivos Especiais Pasta 1, nº 2. Acervo documental PRC. Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*. Em: Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

BARROS, José A. *Memória e história: uma discussão conceitual*. Tempos históricos, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 1, p. 317-343, 1o sem., 2011.

BECKER, Bruna Zardo. *Dossiê sobre a doação do Prof. Luiz Carlos Tau Golin: documentação do Partido Revolucionário Comunista (PRC)*. Arquivo Histórico Regional (AHR). Passo Fundo, 2023. (Não publicado).

BERGAMASCHI, Maria A. *Memória: entre o oral e o escrito*. Revista História da educação, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 131-146, jan./jun., 2002.

CASSARES, Norma Cianflone. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. Arquivo do Estado de São Paulo: Projeto Como Fazer, São Paulo, v. 5, p. 1-36, 2000

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERREIRA, Muniz; PINHEIRO, Milton; COSTA, Ricardo. *Breve balanço das polêmicas e dissidências comunistas no Brasil*. PCB Partido Comunista Brasileiro. 2021. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/DUARTE>, Hugo Villaça. *Em busca da revolução brasileira: um debate crítico sobre as teses históricas e a linha política do pcb*. Aedos: Revista do corpo discente do PPGH - História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 87-102, 2010. Semestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/about>. Acesso em: 17 nov. 2022. <28210>. Acesso em: novembro de 2022.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. *O PCdoB e a guerrilha do Araguaia: concepções teóricas e práxis políticas*. São Luis Orione, Araguaína, v. 2, n. 15, p. 1-19, 2020. Semestral.

GOLIN, Tau. *Araguaia, o espectro que ainda ronda a esquerda brasileira*. Revista de Filosofia e Ciências Humanas, Passo Fundo, n. 1/2, p. 123-129, 1996.

GOLIN, Tau. *Fundo documental do Partido Revolucionário Comunista*. [Entrevista cedida a] Arquivo Histórico Regional (AHR). Passo Fundo/RS, 17 de agosto de 2022.

GOLIN, Tau. *Fundo documental do Partido Revolucionário Comunista*. [Entrevista cedida a] Gabriel José de Almeida . Passo Fundo/RS, 24 de maio de 2023.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática S.A, 1987. 3 v. (Temas).

LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia documental para arquivos de partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 12., 1998, João Pessoa (PB). Anais... Paraíba: [s.n.], 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

OLIVEIRA, Fabiana Pires de. *O PCdoB e o Araguaia: a dissidência interna de 1979 - 1984*. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

OSÓRIO, Pedro Luis da Silveira. *Partido Revolucionário Comunista (PRC): trajetória e contribuições para o pt*. 2012. 137 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr. 1997.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 33.

SALES, Jean Rodrigues. *PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política*. *Diálogos*, Maringá, v. 6, p. 155-171, 2002. Quadrimestral.

VIANA, Nildo. *Existe um marxismo heterodoxo? Posição*, Goiania, v. 5, n. 16, p. 15-27, 2018. Anual.

